



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

VERUSKA NARIKAWA GONDIM

**A COMUNICAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO:
O papel do Conselho Federal de Farmácia na orientação
quanto aos medicamentos vencidos ou não utilizados**

Brasília
2012

VERUSKA NARIKAWA GONDIM

**A COMUNICAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO:
O papel do Conselho Federal de Farmácia na orientação
quanto aos medicamentos vencidos ou não utilizados**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
graduação *Lato Sensu* em Gestão da
Comunicação nas Organizações

Orientador: Gilson Ciarallo
Co-orientação: Joana Félix Bicalho

Brasília

2012

VERUSKA NARIKAWA GONDIM

**A COMUNICAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO:
O papel do Conselho Federal de Farmácia na orientação
quanto aos medicamentos vencidos ou não utilizados**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato
Sensu* em Gestão da Comunicação nas Organizações

Orientador: Prof. Gilson Ciarallo

Co-orientadora: Prof^a. Joana Felix Bicalho

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

“[...] não basta que uma empresa simplesmente adote uma postura socialmente responsável e que se empenhe de fato, dedicando uma parcela de si à preservação do meio ambiente. A marca da empresa só terá credibilidade se as pessoas tiverem consciência desse seu empenho. A comunicação leva às pessoas essa informação”.

Edmundo Brandão Dantas

Dedico
a todos que acreditam no poder transformador da informação

Agradeço

*aos professores e colegas que se fizeram presentes nessa jornada.
De alguma forma sempre deixam suas marcas e acrescentam experiências
que provam que o objetivo da caminhada nem sempre é a chegada.
A estrada vai além do que se vê.*

RESUMO

O trabalho objetiva discorrer sobre a comunicação como agente de transformação, destacando o papel do Conselho Federal de Farmácia na orientação com relação aos medicamentos vencidos ou não utilizados. Nesse sentido, o principal objetivo desse estudo é usar a comunicação do Conselho acerca da destinação correta de medicamentos vencidos ou sem utilização, e avaliar as estratégias de comunicação possíveis a fim de orientar o descarte correto para farmacêuticos e a população em geral. Desse modo, sabe-se que a destinação indevida da sobra de medicamentos não utilizados ou vencidos causa acidentes domésticos, intoxicações e danos ambientais, até mesmo por meio da embalagem. A contaminação do solo e, mais profundamente, do lençol freático, por produtos químicos derivados dos medicamentos descartados aumenta o número de problemas de saúde das pessoas e degrada o meio ambiente. Por isso, é importante um trabalho de conscientização e orientação das pessoas com relação à esses medicamentos. Como resultado tem-se que o Conselho Federal de Farmácia tem a pretensão de traçar um plano de ação em comunicação de maneira integrada com vistas à promoção do descarte correto dos medicamentos. Tal Plano tem a pretensão de levar informação de modo eficiente aos farmacêuticos e a população, prevendo, além disso, ações de sustentabilidade.

Palavras-Chave: Comunicação. Conselho Federal de Farmácia. Problemas de Saúde. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 OS RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS, A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE	12
1.1 Problema	12
1.2 Consequências	13
2 HISTÓRICO E POLÍTICA DE RESÍDUOS.....	17
2.1 Resíduos Sólidos – Histórico e Conceituação	18
2.2 Leis e histórico	21
2.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos e Logística Reversa	22
2.4 Responsabilidade Sócio-Ambiental Empresarial	26
2.5 Normativas Federais de Auxílio para Gestão de Resíduos Sólidos	30
3 O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA	33
3.1 Responsabilidade compartilhada e o usuário final	35
4 A COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO	38
4.1 Ação.....	40
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO	45

INTRODUÇÃO

A geração de lixo orgânico e todo tipo de resíduo aumentou no século XX em função dos padrões culturais impostos pela sociedade industrial. A partir da década de 60, o lixo tornou-se uma preocupação mundial, em especial por ser disseminador de várias doenças e um poluidor em potencial.

Além do lixo comum, inúmeros danos ambientais e à saúde pública podem ser decorrentes de práticas inadequadas de descarte de medicamentos vencidos ou que não foram utilizados, mas são descartados. Por se tratar de produtos químicos, o descarte sem orientação de medicamentos pode culminar em impactos ambientais extremamente relevantes, afetando diversos ecossistemas.

Ainda não há, em âmbito nacional, meios de fiscalização e aplicabilidade da legislação que versa sobre o descarte correto de medicamentos e nem orientação, por parte das agências reguladoras, que defina o comportamento ideal de usuários domésticos. Órgãos do Governo Federal, indústria farmacêutica e varejo não assumem a responsabilidade de orientar ou dar suporte técnico aos legisladores quanto à melhor forma de descarte de fármacos.

O principal procedimento utilizado, atualmente, pela indústria farmacêutica, no descarte de medicamentos vencidos é a incineração, resultando na emissão de potentes poluentes ambientais. Mesmo assim, poucos são os dados referentes à regulamentação e à metodologia adequada para minimizar os riscos relativos a manejo, acondicionamento, coleta e tratamento dos medicamentos.

O Governo Federal, com o apoio técnico do Ministério da Saúde, via Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e do Ministério do Meio Ambiente, publicou, em 2010, a Lei 12.305 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e em 2011, a Portaria nº 112, do Ministério do Meio Ambiente, institui o Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Medicamentos de uso doméstico ainda são descartados em esgoto, sanitário, quando líquidos, e em lixo domiciliar, no caso de resíduos sólidos. Como ainda não

há uma informação única, legal e pública sobre o descarte de medicamentos vencidos, ou sobras de medicamentos que não foram utilizados, agentes de saúde, como médicos, enfermeiros e farmacêuticos, pouco podem fazer para orientar o descarte junto à população. Faltam o cumprimento da legislação e informação.

Falta informação, inclusive, quanto aos riscos de contaminação. A destinação indevida da sobra de medicamentos não utilizados ou vencidos causa acidentes domésticos, intoxicações e danos ambientais, até mesmo por meio da embalagem. A contaminação do solo e, mais profundamente, do lençol freático por produtos químicos derivados dos medicamentos descartados aumenta o número de problemas de saúde das pessoas e degrada o meio ambiente.

Independente de qualquer determinação do Grupo de Trabalho que irá implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é preciso que a população seja informada sobre os riscos de contaminação e sobre a forma segura de descartar restos de medicamentos ou medicamentos vencidos.

Este estudo tem como Objetivo Geral dissertar sobre a comunicação do Conselho Federal de Farmácia acerca da destinação correta de medicamentos vencidos ou sem utilização. Quanto aos Específicos, são eles: a) Descrever acerca dos resíduos de medicamentos, a saúde e o meio ambiente; b) investigar sobre a história, leis e a política nacional de resíduos; c) Pesquisar e dissertar sobre o Conselho Federal de Farmácia; d) Descrever como se dá a comunicação para a transformação dentro do CFF.

A metodologia utilizada para as análises e pareceres desenvolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso baseou-se no método indutivo de análise qualitativa, classificando-a como qualitativa e bibliográfica, apresentado por Marconi e Lakatos (2010) e teve por meta buscar por meio desta, elementos que subsidiassem de forma qualitativa os pressupostos básicos e essenciais, a interpretação e reflexão do problema da pesquisa.

Esta pesquisa é também do tipo exploratória, uma vez que este tipo tem por finalidade a descoberta de teorias e práticas que modificarão as existentes, obtenção de alternativas ao conhecimento científico convalidado e, principalmente, inovações tecnológicas (produtos ou processos).

Tal pesquisa tem caráter documental e levantará o que já existe de legislação referente à destinação de medicamentos em toda a cadeia produtiva; destacará, por meio da revisão bibliográfica, o que é desenvolvido no Brasil, além do que os estudiosos definem por logística reversa; e apontará caminhos as serem desenvolvidos pela comunicação do CFF no que diz respeito a ações de comunicação e a responsabilidade socioambiental de informar e promover a informação e, claro, estimular a destinação correta de resíduos de medicamentos.

Para tanto, no primeiro capítulo, serão apresentados os vários problemas causados pelo descarte incorreto e a construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos, passando por vários Projetos de Lei e resoluções.

A análise da legislação também é abordada no segundo capítulo, assim como o conceito de logística reversa e sua aplicabilidade na questão do medicamento. Foram usados, como embasamento teórico, artigos, pesquisas e publicações na área da comunicação, sociologia e meio ambiente. Vale ressaltar que também foram consultadas legislações nacionais, publicadas pelo Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do próprio Conselho Federal de Farmácia que discorrem sobre orientações e recomendações gerais quanto à destinação final de medicamentos.

O terceiro capítulo apresenta o Conselho Federal de Farmácia, suas atribuições, seu papel de orientador da atividade farmacêutica, no País, e sua responsabilidade junto à sociedade, de difundir a informação definida pela legislação. E o quarto capítulo destaca a comunicação como ferramenta na estratégia de ação da responsabilidade compartilhada a ser exercida pelo Conselho Federal de Farmácia.

A conclusão tem o objetivo de informar responsabilidades quanto ao descarte de medicamentos, da indústria, comércio e usuário doméstico. E deve, ainda, aliar o nome do Conselho Federal de Farmácia (CFF) à sua responsabilidade direta de preservação ambiental; e pode modificar a imagem do CFF junto à sociedade, de ser apenas uma instituição que fiscaliza e pune a atividade farmacêutica, mas também como entidade que promove o desenvolvimento sustentável na cadeia produtiva do medicamento.

1 OS RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS, A SAÚDE E O MEIO AMBIENTE

A crescente produção de lixo e sua destinação final são grandes preocupações da administração pública, e, em alguns países, por conta de campanhas de conscientização, já é preocupação de toda a população. Realidade ainda distante para o Brasil. Em grande parte das cidades brasileiras, os resíduos são depositados em aterros próximos das cidades, a céu aberto. O lixo, no Brasil, é um problema público que envolve políticas sociais, ambientais e de saúde, mas que, atualmente, é de difícil solução, em curto prazo, já que a maioria dos municípios brasileiros não possui, sequer, coleta seletiva.

O Brasil é o quinto em produção mundial de resíduos, conforme a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). A produção de lixo chega a 209.280 toneladas por dia, por isso cada brasileiro é responsável pela sua geração diária de resíduos, procurando ser mais consciente quando se refere ao descarte do lixo para reaproveitamento (SOUSA, 2014, p. 12).

1.1 Problema

Parte desse lixo é composta por resíduos orgânicos que não podem ser reaproveitados, parte por produtos que podem e devem ser reciclados, e parte é composta por resíduos de serviços de saúde e medicamentos vencidos e até medicamentos que ainda não perderam a validade, mas foram descartados de forma incorreta, no lixo comum.

De acordo com Bartoli (1997) os resíduos de serviços de saúde representam uma das menores partes dos resíduos gerados nas grandes cidades. Mesmo com esse pequeno volume, a esses resíduos representam grandes riscos à saúde dos seres vivos e do meio ambiente. A Resolução de Diretoria Colegiada (RDC), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (RDC nº 306/2004) dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de Saúde (RSS). Em seu Capítulo II define o que são resíduos dos serviços de saúde e os geradores.

[...] definem-se como geradores de RSS todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, dentre outros similares

Os medicamentos fazem partes dos resíduos de saúde e são determinados pelo Decreto-Lei nº 176/2006 como toda substância que possui propriedades curativas ou preventivas de doenças em seres humanos.

Além disso, é possível afirmar que os medicamentos tratam-se de produtos que são consumidos em grande escala. Em função disso, a quantidade de resíduos produzidos pela sociedade sobre medicamentos vencidos ou em desuso tem levado a exposição contínua do seres humanos a sua presença.

A Resolução nº 358, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que, cabe ao responsável legal pela organização geradora, a responsabilidade pelo gestão dos resíduos desde a sua geração até o seu descarte. Na prática, isso não acontece na cadeia produtiva do medicamento. A legislação existente, atualmente, não é cumprida.

1.2 Consequências

O descarte de medicamentos vencidos ou em desuso tem sido realizado nos dias atuais de maneira aleatória. Normalmente, é feito no lixo comum ou na própria rede de esgoto, trazendo efeitos nocivos aos seres humanos e ao meio ambiente, como contaminação da água, do solo, além do risco a saúde dos animais e dos seres humanos.

É relevante que haja a implementação de um sistema de gestão desses resíduos, como meio de reduzir os riscos que esses medicamentos podem trazer a saúde e ao meio ambiente.

Pesquisas químicas realizadas em vários países comprovam a existência de fármacos no meio ambiente. Na Europa, foram identificados 36 fármacos diferentes em diversos rios na Alemanha, dentre os quais estão antilipêmicos, analgésicos-antipiréticos, antiinflamatórios e anti-hipertensivos. Alguns autores citam, inclusive, a contaminação de vegetais:

A contaminação das águas superficiais e subterrâneas por substâncias oriundas de depósitos de resíduos é um dos maiores problemas sobre esta questão envolvendo a saúde pública. O uso destas fontes poderá ficar comprometido por longo tempo e a exposição pode ocorrer por ingestão direta de água ou consumo de animais e vegetais aquáticos originados de corpos d'água superficiais contaminados. Vegetais irrigados com água contaminada por chorume ou despejo de resíduos também poderão causar problemas de saúde ao homem (SISINNO; OLIVEIRA, 2000, p.59).

Alguns tipos de medicamentos merecem uma atenção maior, sobretudo, os antibióticos e os estrogênios. Os antibióticos devem ter uma atenção especial em função de ocasionarem o desenvolvimento de bactérias bastante resistentes e os estrogênios pelo fato de afetarem o sistema reprodutivo de animais aquáticos. Além desses, é importante mencionar que os antineoplásicos e os imunossuppressores, que são usados em quimioterapia, também devem ter uma atenção especial no descarte, pois possuem potentes agentes mutagênicos.

O impacto ambiental causado pelos resíduos de medicamentos está preso ao fato desse medicamento ser fabricado com a finalidade de obter efeitos biológicos e esses efeitos podem afetar outros seres no meio ambiente. Pois ao mesmo tempo em que estes medicamentos tem propriedades que potencializam a sua bioacumulação, também tem a persistência no meio ambiente (CARVALHO, 2006).

Desse modo, o descarte incorreto de medicamentos podem interferir diretamente nos ecossistemas, sobretudo, “nos aquáticos, uma vez que esse meio serve de destino final para a maioria dos resíduos humanos, incluindo os medicamentos” (NUNES, 2007).

Assim, Kummerer (2009) esclarece que os medicamentos contaminam o solo e a água, por isso

devem ter um efeito negativo sutil nos organismos aquáticos e no próprio ser humano. Além disso, também afirma que apesar de existir um número elevado de estudos publicados na última década sobre esta matéria, estes

continuam a ser escassos para uma avaliação meticulosa dos riscos e consequente gestão dos mesmos. Contudo, o alerta para a presença destes compostos no ambiente associado à evidência de efeitos, sugere que se devam tomar ações preventivas ao nível do controlo da sua libertação, evitando ao máximo o seu contacto com o meio ambiente.

Ou seja, são necessárias ações de descarte para que esses medicamentos não cheguem até rios e possam contaminá-los ou no solo, evitando o mínimo contato com o meio ambiente. No entanto, Bound e Voulvoulis (2005) apresentaram o trajeto de contaminação do solo.

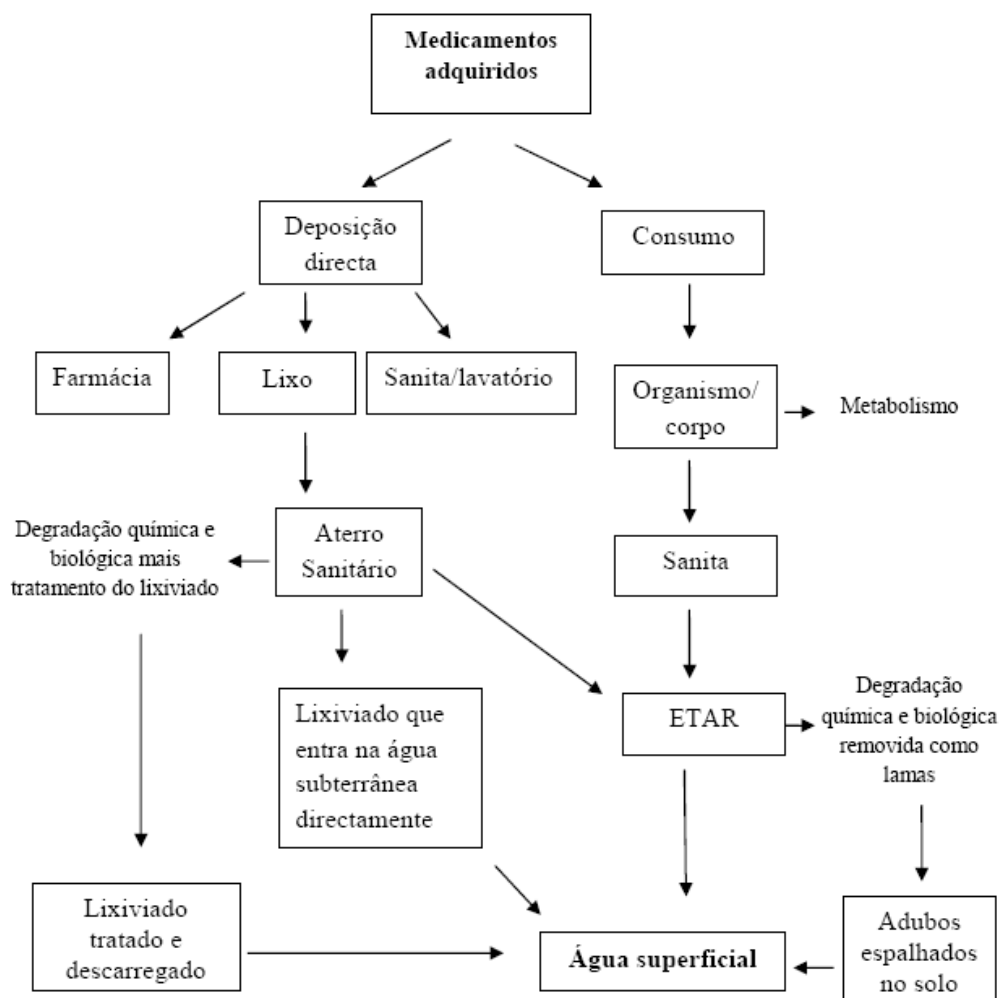


Figura 1 - Trajeto que os medicamentos adquiridos seguem após deposição direta ou consumo
Fonte: Bound e Voulvoulis (2005).

Proença (2011) mostra que há duas vias de contato direto dos resíduos de medicamentos com o meio ambiente. A primeira é a excreção, normalmente, ocorre após a atuação do medicamento no organismo, que acontece por meio da biotransformação. Os “próprios fármacos inalterados, que posteriormente são

excretados e conduzidos através da rede de saneamento que, regra geral, encontra-se ligada a Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)”.

As ETAR demasiadamente não conseguem eliminar todas os resquícios de moléculas desses medicamentos ejetados pelo organismo, em função disso esses fármacos seguem vários destinos que podem levar ou não a contaminação:

1) a sua biodegradação na totalidade; 2) a sua não degradação, e, caso sejam lipofílicos fiquem retidos nas lamas ativadas e posteriormente entrem em contacto com o ambiente através da sua presença na composição de adubos; 3) a sua não degradação, e, caso sejam hidrofílicos atingirem o ambiente aquático que se encontra a jusante da ETAR e eventualmente fazer parte da água bebível (CARVALHO, 2006).

Pode então ocorrer a degradação total dessas moléculas, a sua não degradação, podendo entrarem em contato com o meio ambiente, contaminando o solo ou/e a água. A outra via é a disposição voluntária e incorreta de resíduos medicamentosos que estão em desuso ou vencidos. Proença (2011) afirma que esses resíduos são descartados normalmente sem controle para os sistemas de recolhimento de lixo, e o tratamento para o descarte não é devidamente preparado.

E ainda prossegue que em geral o descarte desses resíduos segue dois caminhos, “ou são depositados diretamente no sistema de esgotos, seguindo o mesmo destino que o da via excreção, ou então depositados no lixo comum seguindo o destino aterro” (PROENÇA, 2011).

Assim, sabe-se que o aterro degrada algumas moléculas, mas também atua como armazém de fármacos que, dependendo da precipitação e umidade que caracteriza o meio onde se encontra, formará lixiviado composto por estas moléculas, o que significa que a deposição no lixo comum permite eliminar o impacto imediato no ambiente, mas não elimina a longo prazo os inconvenientes dessa deposição. O processo de tratamento desta água contaminada e os problemas associados à eliminação dos fármacos é semelhante ao que ocorre nas ETAR's (PROENÇA, 2011).

A entrada dos resíduos no meio ambiente por meio dos aterros depende das decisões que são tomadas por cada utilizador ou possuidor de medicamentos, assim como pelo modo de recolhimento desses fármacos (CARVALHO, 2006).

2 HISTÓRICO E POLÍTICA DE RESÍDUOS

No Brasil, desde 1930, até meados de 1980 o governo federal centralizou a responsabilidade de agente fiscalizador e financiador de obras de infraestrutura, cabendo a ele também a criação e a disponibilização de condições necessárias ao desenvolvimento deste processo (MENEZES, 1997).

Foi em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que se procurou uma redemocratização das instituições brasileiras, rompendo com a centralização autoritária do Estado. Assim, os municípios passaram a ter responsabilidade de promover seus próprios programas e políticas de infraestrutura, agora mais adequadas à realidade de cada local, melhorando a qualidade de vida da população.

Segundo Junqueira (1998) e Peliconi (2004), as políticas e práticas ambientais devem sempre levar em conta as especificidades locais gerando a formulação de políticas públicas locais (SILVA *et al.*, 2006).

Do ponto de vista municipal, poderiam agora ser elaboradas e executadas campanhas de coleta seletiva, reuso de materiais, criação de espaços destinados à reciclagem, gerando empregos e contribuindo para o crescimento econômico de cada localidade. Seria possível a partir deste momento, elaborar e executar um plano de gestão ambiental.

Este planejamento deve integrar todos os envolvidos e interessados, bem como cidadãos, indústria, comerciantes, governantes locais e quem mais julgar necessário.

Desta forma, as problemáticas locais são levantadas sob a ótica de diversos personagens, propaga-se a educação e consciência ambientais, geram-se empregos e cria-se uma grande rede de responsáveis pela execução e fiscalização do plano. Para isso, é necessária uma coordenação que se comunique e medie os conflitos com os diversos interessados e/ou envolvidos (SILVA *et al.*, 2006).

2.1 Resíduos Sólidos – Histórico e Conceituação

Cada vez é maior a produção de resíduos, principalmente em grandes centros urbanos, onde há uma maior concentração populacional e os processos industriais são a principal atividade econômica (SILVA *et al.*, 2006).

A preocupação com a geração crescente de resíduos, no entanto demorou em receber a devida atenção entre as discussões de estudiosos e governantes. Somente em meados do século XIX, com o surgimento de novas tecnologias trazidas pela civilização industrial, é que começaram a se destacar os problemas causados pela geração de resíduos, dentro do contexto ambiental. (PHILIPPI JÚNIOR, 2001). Foi em meados de 1980, com o agravamento dos problemas socioambientais decorrentes da destinação inadequada de resíduos sólidos, que foi dada maior atenção a esta temática nos debates sobre saneamento no país, até então, vista como aspecto secundário nas discussões (DEMAJOROVIC *et al.*, 2006).

Um dos marcos desta atenção foi a criação da Prosanear, em 1985, quando, pela primeira vez, os resíduos sólidos passaram a ser incluídos em uma linha de financiamento, graças à nova visão, desta vez de integração, entre água, esgoto doméstico, drenagem urbana e resíduos sólidos (DEMAJOROVIC *et al.*, 2006).

Deste modo, em 1990, o espaço dado à questão dos resíduos sólidos, levou à ampliação da visão do que é saneamento, chegando a um novo conceito: o saneamento ambiental (BROLLO; SILVA, 2001; DEMAJOROVIC *et al.*, 2006).

Na prática, no entanto, a maioria dos recursos destinados aos resíduos sólidos era para financiar programas e/ou iniciativas que tinham como tema a destinação final dos resíduos, mostrando que os dirigentes da época, ainda possuíam uma visão limitada da problemática (DEMAJOROVIC *et al.*, 2006). Esqueciam-se de fatores como desperdício e manutenção.

Entre 1979 e 1990, a produção de lixo aumentou mais do que o crescimento populacional, apresentando valores de 25% e 18%, respectivamente. Desta forma, a falta de educação e consciência ambiental, a arrecadação insuficiente para a criação, execução e fiscalização de programa eficiente de coleta de lixo e o aumento na geração de resíduos em taxa superior ao crescimento populacional, fizeram com

que nos centros urbanos fossem despejadas toneladas de resíduos em diversos locais inapropriados para o seu recebimento (NAGASHIMA *et al.*, 2011).

Os governos estaduais e municipais viveram certa dificuldade após a promulgação da Constituição de 1988, a qual descentralizou a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos do governo federal, haja vista que, contraditoriamente, a partir deste momento apesar de ganharem autonomia, os recursos destinados a este fim foram reduzidos.

Segundo dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, do ano de 2012, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública – ABRELPE, a geração de resíduos sólidos urbanos cresceu 1,3% do ano de 2011 para o ano de 2012, índice este que é superior à taxa de crescimento populacional urbano no país no mesmo período, que foi de 0,9%. Neste mesmo comparativo, a construção civil chegou a aumentar em 5% a sua geração de resíduos. A tabela abaixo demonstra este indicativo:

Tabela 1 – Quantidade total de RCD Coletado pelos municípios no Brasil

REGIÃO	2011	2012		
	RCD Coletado (t/dia) / Índice (Kg/hab/dia)	População Urbana (hab.)	RCD Coletado (t/dia)	Índice (Kg/hab/dia)
BRASIL	106.549 / 0,656	163.713.417	112.248	0,686

Fontes: Pesquisa ABRELPE e IBGE

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, entende que:

Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face de melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004, p. 12).

O mundo passa, nos últimos 20 anos, por um processo de conscientização em relação às questões ambientais. Apesar da fase de mudanças e da consciência do desenvolvimento sustentável, falta ação, a maioria das prefeituras brasileiras ainda não dispõe de recursos para solucionar os problemas ligados ao

gerenciamento de resíduos, e a iniciativa privada ainda se deu conta da importância da destinação correta de lixo e de como usar ações de preservação ambiental como ferramenta de marketing.

Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Urgente se faz promover mudanças nos padrões de produção e consumo, bem como estabelecer parcerias entre o setor privado e o governo em benefício do desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2011).

Por vezes são ignoradas as possibilidades de estabelecimento de parcerias com os segmentos que estariam envolvidos no gerenciamento e busca de alternativas para a disposição de resíduos de medicamentos, assim como a implementação de soluções. Uma alternativa provável é a cooperação entre entes federados por meio da realização de consórcios públicos, como prevê a Lei 11.445/2007, também chamada de Lei do Saneamento Básico, e a Lei 11.107/2005, denominada Lei de Consórcios Públicos (CANELOI, 2011).

O que foi proposto, conforme o pensamento de Caneloi (2001), foi a promoção de soluções para disposição de resíduos medicamentosos por meio da parceria entre órgãos federados que tem por foco o trabalho com esses resíduos.

Embora hajam leis e normas que descrevem sobre os resíduos sólidos, no Brasil a aplicabilidade das ações voltadas para esses ainda é bastante debatida, pois não um instrumento legal específico que estabelece as diretrizes gerais que são aplicáveis para a orientação de “Estados e Municípios na adequada destinação de resíduos produzidos pela população, e nem na fiscalização de ações da indústria e comércio” (CANELOI, 2011).

No que se refere aos medicamentos, comenta Caneloi (2011) que nas indústrias farmacêuticas os lotes de medicamentos vencidos são mandados para a incineração. No entanto, trata-se de um “processo dispendioso, com alta demanda energética e que gera emissões de gases que impactam no efeito estufa.” Além disso, a incineração não proporciona o aproveitamento de resíduos como papel, plástico, embalagens de vidro para a reciclagem.

2.2 Leis e histórico

O Governo Federal, na última década, tem trabalhado no sentido de criar uma legislação que contemple as reivindicações que partem do Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Saúde e Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente em 2004 criou diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, elaborando o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Como comenta Caneloi (2011),

Foi instituído o grupo de discussão interministerial sobre o assunto. Em agosto do mesmo ano, o CONAMA promoveu seminário intitulado "Contribuições à Política Nacional de Resíduos Sólidos", com o objetivo de formular proposta de projeto de lei do Governo Federal que incorporasse subsídios colhidos nos diversos setores da sociedade ligados à gestão de resíduos sólidos.

Essas foram as primeiras ações para a consolidação geral do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Desse modo, posteriormente foi consolidado pelo Ministério do Meio Ambiente os anteprojetos de lei sobre o tema e elaborado um anteprojeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Assim, a proposta foi discutida com as pessoas por meio de seminários regionais sobre resíduos sólidos, que eram promovidos pelos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, FUNASA e Caixa Econômica Federal. Dessas discussões foi resultada uma proposta mais enxuta que foi levada a Casa Civil no final de 2005.

Então destaca Caneloi (2011) que antes dessas ações já tramitava no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 203/91 que determinava sobre a coleta de resíduos de serviços de saúde.

Há esse tempo, desde 1991, tramitava no Congresso Nacional - na Câmara dos Deputados - o Projeto de Lei nº 203/91, que dispunha "sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde" e, em julho de 2006, a Comissão Especial criada para avaliar esse Projeto de Lei aprovou seu substitutivo. Entretanto essa versão não incorporava diversas questões discutidas no âmbito do Governo Federal, junto à sociedade e ao setor produtivo.

Então em 2006 foi rediscutido o projeto de elaboração do projeto, se acordando em uma proposta final. Em 2007, foi encaminhado pelo Governo o

anteprojeto a Câmara dos Deputados, que foi editado, mesclando o Projeto de Lei de 1991 e de 2007.

O Ministério do Meio Ambiente foi o responsável pelo processo de formação da proposta base da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois foi determinado o coordenador do programa de resíduos sólidos, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, desenvolvendo um trabalho em conjunto com outros órgãos federais.

Em junho de 2008 foi instituído o grupo de trabalho de resíduos, como meio de examinar o substitutivo aprovado pela Comissão especial pelo Projeto de Lei 203/91. Assim, aconteceram audiências públicas em que proporcionou em 2009 a apresentação da “Minuta de Subemenda Substitutiva Global de Plenário ao PL 203/1991 e seus apensos”, que foi aprovada na Câmara no ano de 2010 (CANELOI, 2011).

O texto aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados foi mandado para o Senado Federal, onde também teve a sua aprovação em 2010, porém com uma pequena modificação. Então, em 02 de agosto de 2010 o texto aprovado pelo Congresso foi encaminhado para a Presidência da República sem vetos e institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, oficialmente publicado no Diário Oficial da União.

2.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos e Logística Reversa

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) contempla princípios tais como o do poluidor-pagador, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o desenvolvimento sustentável e o controle social. Ela traz ganhos nas três esferas de poder, mas principalmente na instância municipal para melhor gestão dos resíduos, ampliando a reciclagem e eliminando os lixões. No que se refere aos instrumentos, contempla Planos de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Logística Reversa.

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos apresentou determinações com relação ao tratamento de questões ambientais, que são

devidamente resultantes do lixo, assim como o seu descarte final. Tal lei é essencial para o gerenciamento do lixo.

A Lei 12.305/2010 formaliza o estabelecimento de algo que tem preocupado o Estado, ou seja, a responsabilidade e a destinação do lixo, principalmente no que tange ao lixo tóxico. As empresas exploradoras da área de produção são as principais responsáveis por isso, devendo sujeitar-se a arcar com os prejuízos causados ao solo, o que prejudica o meio ambiente poluindo tanto o solo quanto a parte visual. O tema, apesar da suma importância que tem, tramitou por cerca de 20 anos no Congresso Nacional, deixando de ser priorizado em detrimento de outras matérias que eram justificadas como mais relevantes. A Lei foi direcionada principalmente às empresas, já que são as que mais despejam resíduos sólidos no meio ambiente, por meio da produção de produtos, com a única finalidade de lucrar.

As empresas, até a edição da lei não eram responsabilizadas. Hoje essa responsabilização é feita tanto às empresas públicas quanto às privadas, sem eximir nenhuma delas dessa responsabilidade (ALMEIDA, 2012).

Com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, através da Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 7.404/2010, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa está promovendo ações relacionadas com o tema, que tenham impacto significativo para a implementação da referida política e para a proteção da saúde da população e do meio ambiente.

Um dos processos mais utilizados, por empresas e órgãos governamentais, em outros países, e no Brasil, para reduzir os impactos tóxicos ao meio ambiente e priorizar a sustentabilidade, é a logística reversa. O conceito de logística reversa propõe um novo modelo de gestão, que abrange as áreas públicas e privadas, levando em consideração os impactos ambientais e sociais, além das questões econômicas. Este conceito parte do princípio de que as organizações produtivas e as prestadoras de serviço possuem atividades que podem ser nocivas à saúde e ao meio ambiente. No entanto, se estas atividades forem organizadas, as mesmas organizações, sem prejuízo financeiro, podem contribuir para a melhoria significativa da qualidade de vida da população.

Segundo Leite (2003), logística reversa é a área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações correspondentes, do retorno dos

bens de pós venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros. Tem, portanto, como base o modelo “triple bottom line”, conhecido como tripé da sustentabilidade, que contempla a eficiência financeira de uma organização, aliada às questões sociais e ambientais.

Na visão de Leite (2003, p. 26),

a logística reversa trata-se do campo da logística empresarial que visa equacionar os aspectos logísticos com relação ao retorno dos bens ao no processo e volta ou de negócios por intermédio da multiplicidade de canais de distribuição no pós-venda e de pós-consumo, agregando-lhes valor econômico, ecológico e legal.

A decisão sobre o que fazer com cada produto, no fluxo reverso, tem início pela identificação do produto, avaliar sua condição, pensar qual a maneira mais adequada para recuperá-lo, e por fim, fazer a reinserção na sucessão de abastecimento. Porém, não há obrigatoriedade das peças, materiais ou produtos, pertencerem à mesma cadeia à qual foram oriundas.

São perceptíveis os ganhos logísticos e financeiros quando se assume hábitos ecologicamente corretos, vendo alguns dos maiores ganhos viabilizados pela logística reversa. Neste enfoque,

“[...] a melhor solução na destinação dos resíduos é aquela em que o binômio meio-ambiente e lucro estejam combinados de tal forma que tanto as diretrizes do meio-ambiente quanto o resultado financeiro sejam satisfatórios, consolidando esta visão com a visão de reciclagem” (SOUZA; FONSECA, 2008, p. 2).

É importante salientar também sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que entrou em vigor em 2 de agosto de 2010, e foi instituída pela Lei nº 12.305 regulamentada pelo Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. A responsabilidade compartilhada pelo tempo útil dos produtos, acordo setorial e logística reversa são algumas das considerações feitas por essa legislação ambiental (BRASIL, 2011).

A PNRS prevê a implantação e operacionalização dos sistemas de logística reversa para a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento no ciclo produtivo ou destinação final ambientalmente adequada por meio dos seguintes instrumentos: compromissos entre o Poder Público e o setor

privado formalizados em Acordos Setoriais, termos de compromisso ou mediante regulamento específico.

Os princípios e as finalidades do Plano Nacional de Resíduos Sólidos foram definidos pelo próprio legislador, são eles: a cautela e a prevenção, o princípio do poluidor-pagador e o protetor-recebedor. Sendo assim, pela aplicação dos referidos, o detentor do capital, ou seja, quem lucra com a empresa, tem a obrigação de auxiliar com a manutenção do meio ambiente, assim como quem se utiliza do produto que adquire.

Em tese, a principal finalidade da logística reversa é amenizar a emissão de poluentes na natureza e os desperdícios de produtos, incluindo a reciclagem e reaproveitamento de matérias. Sabe-se que as grandes empresas e indústrias utilizam consideráveis quantidades de materiais que tem possibilidade de serem reciclados, como o plástico, papelão, papel, derivados da madeira entre outros que podem facilmente ser reutilizados (BRANDÃO, 2007, p. 18).

Várias são as razões para se utilizar da Logística Reversa, visto que esta tem respaldo em legislações ambientais gradativamente rigorosas, ampliando a responsabilidade do fabricante do produto.

Nesse sentido, a Anvisa discute o tema “Descarte de Medicamentos” desde 2009 e tem se envolvido nas discussões da PNRS, participando da criação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Medicamentos, coordenado pelo Ministério da Saúde. Este grupo foi criado em 16 de março de 2011 com o objetivo de analisar, estudar e apresentar propostas sobre o descarte de medicamentos, incluindo: realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e avaliação dos impactos sociais para a implantação da logística reversa de medicamentos; propor modelagem da logística reversa de medicamentos; propor um acordo setorial visando um contrato entre os entes da cadeia de medicamentos de modo a pautar a responsabilidade compartilhada.

Assim, a logística reversa para o descarte de medicamentos vem sendo discutida e articulada com os diversos entes da cadeia de medicamentos, entre eles: conselhos profissionais da saúde (medicina, farmácia, enfermagem, odontologia, medicina veterinária); setor de transportes; setor de publicidade; rede hospitalar; associações da indústria farmacêutica, da indústria farmoquímica e das farmácias e

drogarias; e representação das vigilâncias sanitárias municipais e estaduais, na perspectiva de conformação de um acordo setorial voltado para a sua implantação.

Assim, é possível se afirmar que o grande entrave à aplicação da legislação não é o resíduo da indústria de medicamentos ou as sobras das farmácias que são encaminhadas à indústria para incineração. O resíduo doméstico, descartado no lixo comum ou no esgoto representa o maior risco à saúde. As sobras de medicamentos têm várias causas, dentre as quais se destacam: a dispensação de medicamentos, além da quantidade exata para o tratamento do paciente; a interrupção ou mudança de tratamento; a distribuição aleatória de amostras-grátis; e o gerenciamento inadequado de estoques de medicamentos por parte das empresas e estabelecimentos de saúde. Soma-se a estes fatores a carência de informação da população relacionada à promoção, prevenção e cuidados básicos com sua saúde.

O melhor caminho para orientar a população quanto ao destino correto de medicamentos, é pela informação. Nesse sentido, o Conselho Federal de Farmácia tem papel essencial na promoção do uso correto de medicamentos, bem como na sua destinação final, através de orientação ao profissional que atua na farmácia, nas farmácias hospitalares, em laboratórios e nas indústrias.

2.4 Responsabilidade Sócio-Ambiental Empresarial

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A temática “Responsabilidade Social” tem sido alvo constante de análises no mundo corporativo. E para além da expressão de compromisso com as causas sociais, incorporou-se como opção de um modelo de gestão. Modelo já adotado, principalmente, pelas grandes empresas sintonizadas com um mundo globalizado cada vez mais exigente em relação à dinâmica de seus negócios e à sustentabilidade empresarial.

As empresas sinalizam interesse sobre o tema a fim de se tornarem empresas socialmente responsáveis. Surge daí então a sustentabilidade empresarial. Para José Pascowitch define sustentabilidade empresarial como sendo algo que faz com que “a empresa de fato se diferencie e que seus conceitos façam parte da sua cultura e de sua gestão sustentável” (GAZETA, Caderno A, p. 3).

Antes de mais nada é importante entender o conceito de empresa bem como seus objetivos, além da obtenção de lucratividade.

De acordo com Santana (1993, p. 27) “empresa é um conjunto de pessoas que harmonizam capital e trabalho, na procura de lucros, a serviço próprio e da comunidade em que está inserida”. Este conceito mostra que raramente uma empresa é formada por uma só pessoa, sendo comum existirem várias pessoas que se unem para produzir, vender produtos ou prestar algum serviço em favor da comunidade. Para Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 7):

[...] De fato, existe uma organização todas as vezes que duas ou mais pessoas interagem para alcançar certo objetivo. E há necessidade de administração em todas as organizações públicas e privadas; que visem ou não visem lucro; fábricas, organizações de prestação de serviços e varejistas; e firmas americanas, estrangeiras e multinacionais.

Quando uma pessoa ou um grupo de pessoas decide criar uma empresa, o objetivo é ganhar mais do que gasta para produzir ou vender mercadorias ou prestar serviço. Nos meios de comunicação é comum ver empresários e empresas divulgando sua participação ou apoio a projetos sociais, através de doações. No entanto, a questão da responsabilidade social abrange mais do que simples doações financeiras ou materiais.

De acordo com Grajew (1999, p. 1), trata-se “da relação ética, da relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações”, sejam elas com o seu público interno ou externo. A doação, confundida com a prática socialmente responsável, nada mais é do que uma prática filantrópica. De acordo com Silva (2001, p. 5) “filantropia significa amizade do homem para com outro homem”.

É comum afirmar que filantropia designa ajuda e possui um caráter assistencialista. A ação filantrópica trata-se de ação social externa à empresa, tendo

como beneficiário a comunidade. Além disso, ela acaba se tornando um paliativo para a grave conjuntura social, pois não busca a continuidade das ações e se concentra em ações esporádicas, como a campanha do agasalho no inverno e arrecadação de brinquedos no período natalino.

No contexto empresarial, uma ação é considerada de caráter filantrópico quando a empresa faz doações financeiras a instituições, fundações e associações comunitárias. É uma ajuda e ela ocorre eventualmente. Assim, quando se fala em responsabilidade social, a empresa age de forma estratégica, ou seja, são traçadas metas para atender às necessidades sociais, de forma que o lucro da empresa seja garantido, assim como a satisfação do cliente e o bem-estar social. Há um envolvimento, comprometimento e eles são duradouros.

A Responsabilidade Social surge como uma atividade que não está dissociada do negócio da empresa. É uma nova forma de gestão empresarial. Gestão esta, que, segundo Grajew (1999, p. 1), envolve atitude estratégica focada na ética, na qualidade das relações com os *stakeholders* e na geração de valor.

Como consequência tem-se a “valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade de todos os públicos, principalmente dos consumidores, maior capacidade de recrutar e reter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade”.

A concepção que se tem é de que a responsabilidade empresarial está muito além de manter o lucro de seus acionistas e dirigentes. Ela passou a ser responsável pelo desenvolvimento da sociedade onde está inserida, adotando ações que influenciem o bem-estar comum.

Conforme Megginson, Mosley e Pietri Júnior (1998, p. 94), a conduta das organizações que seguem a corrente da visão clássica de responsabilidade social acredita que o defensor mais conhecido de uma limitação da responsabilidade social é o famoso economista, ganhador do Prêmio Nobel, Milton Friedman.

Ele argumenta que tornar os administradores responsáveis tanto em relação aos proprietários da empresa – para atingir o objetivo de lucro – quanto em relação à sociedade – para melhorar o bem estar geral – representa um conflito de interesses capaz de causar a morte da empresa. De acordo com Friedman, este será necessariamente o resultado se a empresa for continuamente forçada a ter um desempenho que conflite diretamente com

seus objetivos particulares. Finalmente, ele argumenta que os administradores são empregados dos proprietários, e não do público, e portanto devem agir no interesse dos proprietários. Além disso, o custo da responsabilidade social recai sobre os consumidores por causa dos preços mais altos, e isto se chama “taxação sem representação”.

De acordo com esta corrente de pensamento, a maximização dos lucros é a contribuição social que o empresário pode oferecer à sociedade. Para ele, o administrador, ao decidir gastar recursos da organização deve ter em mente apenas o interesse dos acionistas, isto é, o retorno financeiro. Agindo assim, a empresa estaria gerando empregos, impostos e oferecendo eficientemente produtos e serviços à sociedade.

A interpretação de Milton Friedman é de que se os administradores tornam mais elaborados os lucros e se utilizam desses lucros para aumento do valor da empresa, estão respeitando os direitos de propriedade dos proprietários das empresas e, assim, promovendo o bem-estar social.

Para se implantar o conceito de sustentabilidade, é de suma importância que haja uma preocupação de todos os setores da sociedade: público, privado e civil. Uma atuação conjunta nas esferas econômica, social e ambiental é o tripé da sustentabilidade empresarial visando atingir os resultados para todos os envolvidos.

Figura 1 – Tripé da Sustentabilidade Empresarial



Fonte: Disponível em <<http://www.copesul.com.br>>. Acesso em 1 jul. 2014.

A imagem do tripé é perfeita para entender a sustentabilidade. No tripé estão contidos os aspectos econômicos, ambientais e sociais, que devem interagir, de forma holística, para satisfazer o conceito. Pelo parâmetro anterior, uma empresa era sustentável se tivesse economicamente saudável, ou seja, tivesse um bom patrimônio e um lucro sempre crescente, mesmo que houvesse dívidas. Para um país, o conceito incluía um viés social. Afinal, o desenvolvimento teria que incluir uma repartição da riqueza gerada pelo crescimento econômico, seja por meio de mais empregos criados, seja por mais serviços sociais para a população em geral.

A Responsabilidade Social surge também como resgate da função social da empresa, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento humano sustentável, que transcende o aspecto ambiental e se estende por outras áreas (social, cultural, econômica, política), e tenta superar a distância entre o social e o econômico, obrigando as empresas a repensarem seu papel e a forma de conduzir seus negócios.

2.5 Normativas Federais de Auxílio para Gestão de Resíduos Sólidos

A crescente geração de resíduos e sua destinação fazem com que os governantes se preocupem cada vez mais, no que diz respeito ao preparo das empresas e à educação da população, para lidar com essa realidade. Sendo assim, foram criadas medidas corretivas e preventivas por meio de normativas como:

- Decreto nº. 7.404/2010: Regulamenta a Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

- Resolução nº. 307/2002 e Resolução CONAMA nº. 348/2004: Resolução CONAMA, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; Recomenda que o gerenciamento destes resíduos se dê com a classificação/segregação de resíduos, encaminhamento para reciclagem e disposição final adequada (BRASIL, 2004).

As Resoluções CONAMA trouxeram grandes contribuições, como a segregação dos resíduos em quatro classes distintas, a possibilidade de envio do material dispensado para reciclagem e/ou reaproveitamento dos mesmos, excluindo

a destinação a aterros sanitários e adotando o princípio da prevenção da geração excessiva de resíduos.

As quatro classes definidas na Resolução 348/2004:

I Classe A – são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II Classe B – são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III Classe C – são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

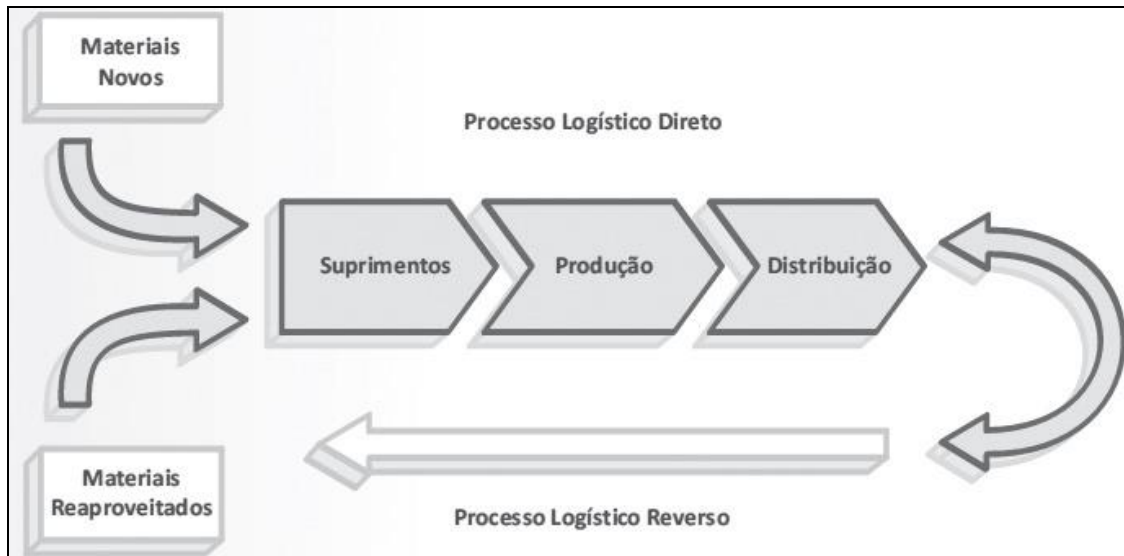
IV Classe D – são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: amianto, tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros (BRASIL, 2004).

Em Dezembro de 2010, foi aprovado o Decreto nº. 7.404, em nível federal, que regulamenta os comitês que discutirão os mecanismos que garantirão a efetividade da Política (BRASIL, 2010).

A Lei Federal deve ser obedecida por toda a sociedade, e o governo do Distrito Federal, em específico, está se adequando a essa normatização, sendo obrigatório quanto aos resíduos: não gerar, reduzir, revisar, reciclar, tratar resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitados (GUEDES, FERNANDES, 2013).
(revisão)

Para cumprir a norma, é necessária a integração entre estados e municípios, levando em conta o ciclo de vida dos produtos, coleta seletiva e logística reversa (SILVA FILHO, 2010). Seguindo esta linha de pensamento, todos os setores da economia são responsáveis pelo produto produzido, inclusive após sua venda, avaliando o impacto que o produto causará ao meio ambiente até o fim de sua vida útil, e já pensar no reaproveitamento deste, se possível.

Segue adiante esquema da logística reversa:

Figura 2 – Esquema da Logística Reversa

(Fonte: LACERDA, 2009).

Vale lembrar que o consumidor atual busca por produtos ditos sustentáveis, mesmo sem o conhecimento específico, e que o fato de se reutilizar, reciclar e reduzir o desperdício, também colabora economicamente para a indústria.

3 O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

O Conselho Federal de Farmácia trata-se de uma autarquia de direito público, que tem autonomia financeira e administrativa. Destina-se por zelas pelos princípios da ética e da disciplina da atividade farmacêutica brasileira. É formado por um conselho, denominado Plenário, que é considerado sua instância máxima. É composto por 27 conselheiros federais, representante de cada estado do Brasil.

Toda atividade farmacêutica brasileira é regida pela jurisprudência do Conselho Federal de Farmácia, tomando como base a Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, assinada e promulgada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek.

A ética da profissão é um dos pontos focais das atividades do Conselho Federal de Farmácia e significa, em sua plenitude, o bem-estar e a segurança da sociedade, diante das atividades do profissional farmacêutico. Como órgão regulador da atividade farmacêutica, qual a responsabilidade social e ambiental do Conselho Federal de Farmácia no descarte de medicamentos vencidos e/ou não utilizados? Como a instituição pode usar a comunicação para estimular os farmacêuticos quanto ao descarte correto de medicamentos? Como a comunicação do CFF pode orientar o descarte correto ou a disposição final de medicamentos e seus resíduos junto à população?

Assim, a Resolução nº 415/2004 do Conselho Federal de Farmácia determina as atribuições dos farmacêuticos, sobretudo, no que se refere ao gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde:

É atribuição do farmacêutico a responsabilidade pela consultoria para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, pela elaboração, implantação, execução, treinamento e gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde coletiva, sem prejuízo da responsabilidade civil solidária, penal e administrativa de outros sujeitos envolvidos (CFF, 2004).

Sabe-se que hoje a farmácia e a drogaria não estão mais restritas a atividade comercial, mas que também tem a função de prestar assistência farmacêutica ao

alcance de todos. Ao determina a assistência plena nas farmácias e drogarias, visa-se a transformação do profissional farmacêutico como um elo entre a medicina e a população.

Atualmente, é possível encontrar a atuação dos profissionais de farmácia em outras áreas também, como nas indústrias de alimentos, de cosméticos, laboratórios e farmácias de manipulação. Conforme Santos (2009):

O número de problemas relacionados a medicamentos é crescente. Pesquisa da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), órgão do Ministério da Saúde, revela que, em 2006, quase 33 mil pessoas foram intoxicadas por esses produtos. Entre as causas, estão o uso acidental, os erros na administração, os efeitos adversos, as interações entre medicamentos e a automedicação. A pesquisa mostra, ainda, que apenas 25% das pessoas que adquiriram medicamentos foram orientadas sobre o seu uso.

A situação é grave, pois além dos prejuízos inerentes à saúde dos pacientes, os hospitais gastam dinheiro para o tratamento de pacientes e vítimas de problemas que são decorrentes da utilização de remédios, muitas dessas vítimas é preciso que permaneçam internadas (SANTOS, 2009).

Nas emergências, aproximadamente 40% dos pacientes são atendidos em função do mesmo problema de intoxicação. Comenta o Centro de Assistência Toxicológica de São Paulo, que de dez casos de intoxicação, quatro foram originados do uso de medicamentos, sobretudo, vencidos. Por isso é importante analisar as muitas doenças e internações hospitalares originárias da utilização ou da descontinuidade do tratamento com medicamentos que poderiam ter sido evitadas se o paciente tivesse mais consciência no uso de medicamentos e a devida orientação (SANTOS, 2009).

O farmacêutico é o profissional responsável e mais capacitado para lidar com os medicamentos, pois conhece desde a sua composição até a sua destinação final e, como entende Santos (2009), que no cenário de implementação de logística reversa na cadeia produtiva do medicamento, cabe ao farmacêutico outro papel, não menos importante: o de comunicador e orientador.

O Conselho Federal de Farmácia possui, atualmente, o registro de cerca de 140 mil farmacêuticos de todo o País, que atuam em farmácias, laboratórios de análises clínicas, indústrias de medicamentos e cosméticos, farmácias hospitalares e

muito mais. Além de ser o órgão fiscalizador do exercício profissional, o CFF desenvolve, nos últimos 5 anos, uma política de orientação ao profissional farmacêutico com o objetivo de melhorar a sua atuação.

3.1 Responsabilidade compartilhada e o usuário final

A Lei nº 12.305/2010 é ampla, mas direciona as ações dos poderes públicos, bem como envasadores, fabricantes de embalagens e distribuidores, e representa um convite, do Governo Federal, para acordo setorial de responsabilidade compartilhada, e uma traz, ainda, a oportunidade única de reunir os setores de fabricação e comércio em torno de solução global.

A PNRS contempla princípios como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o desenvolvimento sustentável e o controle social. E no que se refere aos instrumentos de aplicação prática e de resultados, a PNRS contempla Planos de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva e Logística Reversa.

De acordo com a definição da PNRS, Logística Reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

A PNRS ainda define os papéis de cada elo da cadeia produtiva do medicamento, com o conceito de Responsabilidade Compartilhada:

Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

- Investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada; b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível.
- Divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos.
- Recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso dos produtos objeto de sistema de logística reversa;

O conceito de responsabilidade compartilhada envolve a indústria, os entes que integram a distribuição e o armazenamento, o comércio, mas não contempla a contribuição do usuário final. E a legislação se torna mais difícil de ser cumprida por conta da ação do consumidor final, que não sabe, não foi informado sobre o que fazer com as sobras de medicamentos.

A dispensação de medicamentos em quantidades superiores ao tratamento pode ocorrer, devido à prescrição incompleta ou incorreta, à falta de conferência da prescrição, no momento da dispensação, ao erro por parte do dispensador ou apresentações não condizentes com a duração do tratamento, juntamente com a impossibilidade de fracionamento desses produtos. É função primordial do farmacêutico, na farmácia, a correta dispensação e a orientação quanto ao uso correto do medicamento.

As amostras-grátis, em muitos casos, acabam se tornando medicamentos em desuso e, conseqüentemente, vencendo, pois são distribuídas pelos laboratórios, com o intuito de publicidade, sem uma preocupação com real utilização. Os profissionais da saúde, principalmente médicos, são alvos desse tipo de propaganda e, na maioria das vezes, transferem a responsabilidade da destinação final dessas amostras para as instituições nas quais trabalham, sejam elas públicas ou privadas.

A administração inadequada de estoques de medicamentos, também, pode resultar em perda por vencimento. Com alguma frequência, a mídia divulga casos de grandes volumes de medicamentos vencidos na saúde pública, gerando indignação na população pelo desperdício de recursos financeiros. A atividade de administração de estoque e gerenciamento de medicamentos está inserida no conceito de assistência farmacêutica, sendo responsabilidade do farmacêutico a garantia de que seja corretamente executada.

É necessária, também, a conscientização da população em relação à correta destinação final de medicamentos e dos problemas que podem ser ocasionados, caso esta seja efetuada de forma incorreta. A conscientização só pode ser alcançada por meio da comunicação, através de programas educativos e campanhas de arrecadação de medicamentos em desuso.

Também, é preciso que exista vontade política dos dirigentes para fazer valer as normas e recomendações sanitárias, apoiando aos que já estão conscientizados quanto à importância da adoção desse comportamento e propiciando condições para a compreensão dos que ainda não as conhecem.

Como forma preventiva da geração de resíduos e, conseqüentemente, da poluição do meio ambiente, é preciso promover a execução do fracionamento de medicamentos não só por parte do Sistema Único de Saúde, mas também em farmácias e drogarias privadas. Muitas indústrias, ainda, não adequaram as embalagens de seus produtos às condições constantes no Decreto nº 5.775, de 2006, que dispõe sobre o fracionamento de medicamentos, impossibilitando a prática por parte dos estabelecimentos já habilitados.

Outra possibilidade de minimização de resíduos é a adequação das apresentações dos medicamentos à duração do tratamento, por parte da indústria, evitando as sobras. A propaganda exacerbada acarreta a compra excessiva e desnecessária de medicamentos, que acabam sobrando e perdendo a validade, nos estoques domiciliares.

Além de uma legislação mais rigorosa em relação à publicidade de medicamentos, a efetiva participação do profissional farmacêutico é de grande importância no controle da dispensação dos medicamentos em estabelecimentos públicos e privados, já que este pode informar o usuário sobre os riscos da automedicação e também sobre o potencial poluidor dos medicamentos.

Até que haja a implementação deste sistema de gerenciamento das sobras de medicamentos, os profissionais de saúde devem investir na minimização da geração desses resíduos, através do gerenciamento e programação de estoques, evitando vencimentos; na avaliação de prescrições, no momento da dispensação; na promoção do uso racional de medicamentos e no acompanhamento dos pacientes, durante o tratamento, objetivando evitar o desperdício e conseqüente contaminação do meio ambiente.

4 A COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO

A comunicação corporativa de uma empresa, instituição ou organização pode ser definida como um conjunto de ações que ela executa para interagir com os públicos que são essenciais para a sua existência e que contemplam a reputação (imagem), negócio (econômico) e sustentabilidade. Seu principal objetivo é fazer com que a empresa seja conhecida e reconhecida pelos seus *stakeholders*, os grupos com os quais ela se relaciona.

A comunicação é vital para o sucesso das organizações diante do regime democrático e da economia internacionalizada que estamos vivendo. O que não podemos esquecer é que a comunicação é ciência e ferramenta estratégica de gestão, de uso interno e externo, sendo foco de atenção e de (r)evolução permanente na instituição.

O sucesso do contato da instituição com seus *stakeholders* depende de um plano de comunicação bem estruturado e alinhado com o planejamento estratégico, que leve em consideração ações de marketing, propaganda, assessoria de imprensa, relações públicas e endomarketing.

No caso específico da responsabilidade do Conselho Federal de Farmácia na destinação correta dos resíduos de medicamentos, os dois públicos principais: os farmacêuticos – que estão diretamente em contato com a população, e claro, em segundo plano, como consequência, toda a sociedade.

É papel do Conselho Federal de Farmácia levar a informação sobre a destinação correta para os farmacêuticos e estimular a “amplificação” desta informação junto à sociedade, fazer com que os farmacêuticos sejam multiplicadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das boas práticas sobre o descarte correto de medicamentos, usando ferramentas de comunicação e educação.

Para Oliveira e Nader (2007) a comunicação tem papel imprescindível junto às questões ambientais, pois pode traduzir, informar e conscientizar a população sobre sua relevância.

O meio ambiente é de responsabilidade de todos, empresas, governos, entidades e de cada cidadão. Nesse sentido, as políticas ambientais precisam contemplar ações em que haja conjugação de esforços de todos os setores sociais em favor do meio ambiente.

A comunicação pode colaborar com o desenvolvimento de ações voltadas aos diferentes públicos, visando informar, esclarecer, aproximar, educar e integrar a população em geral, os farmacêuticos e toda a cadeia produtiva do medicamento.

Para Reinado Dias uma das funções da comunicação é manter a credibilidade em relação a esses produtos e às organizações que os produzem e distribuem. Para o autor a comunicação tem como objetivo primordial mostrar ao cliente que o produto ecologicamente correto tem um valor agregado e que compensa adquiri-lo, comparativamente aos semelhantes que não apresentam esse conteúdo (DIAS, 2007).

Sendo uma autarquia, responsável pela fiscalização da atividade profissional, o Conselho Federal de Farmácia não tem um produto específico ou age diretamente ao no comércio. Neste caso, o “produto” do CFF é, na verdade, um conceito, uma informação que deve ser difundida, e aplicada até que se torne uma rotina, um hábito comum para a população: não jogar medicamentos vencidos, ou sobras de medicamentos e até mesmo embalagens de medicamentos no lixo comum ou na rede de esgoto, e sim, encaminhá-los de volta à farmácia ou drogaria.

Em tal estabelecimento o farmacêutico é responsável para o encaminhamento correto, ou seja, o retorno à indústria, seguindo a definição de logística reversa. Até novembro de 2011, este é o caminho definido pela Anvisa, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente.

O objetivo é informar a população, tendo o farmacêutico como agente orientador, educador e facilitador do processo de “coleta” de medicamentos em desuso. É por meio da comunicação que a população pode interagir no processo. Teoria defendida por Ladislau Dowbor e Hélio Silva (2009, p.98).

a informação é um recurso precioso e um poderoso racionalizador das atividades sociais. Preciosa também é a nossa limitada capacidade de atenção, hoje inundada por gigantescas quantidades de lixo informativo que nos desorienta... na ausência de informações articuladas para permitir a

ação cidadã informada, geramos pessoas passivas e angustiadas. A informação constitui um gigantesco recurso subutilizado.

De forma geral, portanto, a organização da informação para a cidadania participativa e o desenvolvimento sustentável passa por algumas redefinições metodológicas referentes ao universo de informações. Mas também pela construção de parcerias, pela organização de redes de informação e pela geração de um movimento social que motive os diversos atores sociais a participar de um esforço comum.

4.1 Ação

É fato incontestável que os integrantes da moderna sociedade de consumo são influenciáveis pela propaganda. Usar desse meio de comunicação para difundir a informação sobre a forma adequada de descarte de medicamentos é uma das armas do CFF. Segundo Sampaio (2003, p.23) a propaganda seduz e propõe novas experiências, novas atitudes e novas ações.

Por mais defesas que possamos construir, por mais barreiras que levantemos, sempre há o anúncio que fura o cerco, o comercial que ultrapassa os muros, a idéia que interfere em nossa vontade. Apesar de buscarmos a racionalidade do ceticismo, de incentivarmos a defesa da indiferença, sempre há uma mensagem que nos atrai, interessa e convence

A comunicação, aliada à educação, é essencial para as transformações sociais. A alteração de um hábito social, o descarte incorreto de medicamentos, pode ser alcançada por um constante trabalho de Educação e Comunicação junto à opinião pública.

De acordo Vaz (2000), é o ambiente institucional da sociedade, com sua carga histórica de condicionamentos enraizados na mente coletiva, que forma a tradição de um povo, seus usos e costumes. Para mudar uma imagem, costume ou atitude, se faz necessária a elaboração cuidadosa de proposições que mudem as ideias.

A comunicação é, portanto, uma estratégia prioritária e elemento chave na construção de uma sociedade consciente dos riscos da destinação incorreta de

medicamentos. O processo já é interativo, desde o momento em que a Anvisa realiza, desde junho de 2011, debates e fóruns de discussão em todas as unidades da federação, e assim, toma conhecimento das necessidades de cada região, e leva informações, ao Grupo de Trabalho que analisa os dados e estuda a aplicabilidade da logística reversa na cadeia produtiva do medicamento.

O mix de comunicação nas organizações, segundo Kunsch (2003), as ações de Relações Públicas, Marketing e Comunicação Interna, das quais destaca as ações de Relações Públicas e Marketing:

Relações Públicas abarcaria, pela sua essência teórica, a Comunicação Institucional, a Comunicação Interna e a Comunicação Administrativa. O Marketing, responderia, em tese, por toda comunicação mercadológica, mas é claro que no seu processo vai precisar contar com ações pontuais e típicas de Relações Públicas. Ou seja, deve haver total integração entre a Comunicação Interna, a Comunicação Institucional e a Comunicação Mercadológica para a busca e o alcance da eficácia, da eficiência e da efetividade organizacional, em benefício dos públicos e da sociedade como um todo e não só da organização isoladamente.

Atualmente, a informação é uma das principais ferramentas de gestão, ganha ares de protagonista nos diversos processos administrativos. A melhor notícia, porém, é que a informação, quando bem utilizada gera bons resultados de imagem, mesmo quando não há um produto a ser vendido. Neste caso, em especial, a mensagem a ser transmitida a todos os *stakeholders* do Conselho Federal de Farmácia é a conscientização quanto ao uso e, principalmente, quanto à forma correta de descartar fármacos e outros químicos.

A conjuntura contemporânea, marcada pela globalização e pelas novas tecnologias exige que os estudos de comunicação organizacional assumam uma maior complexidade, tendo em vista a necessidade de se trabalhar com os diferentes vetores de produção e consumo presentes no mundo atual: o acirramento da concorrência, a segmentação de mercados, de públicos e da mídia. Mesmo diante deste cenário social que requer uma gestão da informação mais integrada com os objetivos institucionais, muitas organizações ainda praticam comunicação de forma fragmentada.

Acredita-se que só com o planejamento estratégico da comunicação integrada será possível direcionar com eficiência as ações para levar informação a farmacêuticos e a população em geral.

Para Kunsch (2003) o mercado brasileiro apresenta três realidades distintas: as empresas que atribuem à comunicação um elevado valor estratégico, fazendo nela grandes investimentos; as que vêem a comunicação apenas na esfera tática, fazendo sua divulgação por meio de assessoria de imprensa e publicações próprias, mas sem perspectiva clara quanto às diretrizes e estratégias; e as que fazem uma comunicação improvisada, sem valorizar o profissional especializado e a importância da gestão estratégica da comunicação.

Traçar um plano de ação de comunicação integrada com objetivo de promover o descarte correto de medicamentos é a primeira atividade no processo de organização e reformulação da Gerência de Comunicação do Conselho Federal de Farmácia. Para atingir o objetivo de levar a informação, de forma eficiente, a farmacêuticos e população em geral, o Conselho Federal de Farmácia coloca em prática um Plano de Comunicação Integrada que prevê ações de Marketing Sustentável, Publicidade, Assessoria de Imprensa.

Uma das bases desse Plano é a organização de atividades de educação e comunicação que levem ao farmacêutico e à população em geral informações sobre a destinação correta de medicamentos. De acordo com o calendário de planejamento das ações administrativas do CFF, em dezembro de 2011, a Comissão de Comunicação definirá os *stakeholders* do CFF (Apêndice), e, em janeiro de 2012, depois da terceira fase do processo de licitação para a contratação da Agência de Publicidade que cuidará das campanhas do CFF, no próximo ano, a Comissão deve discutir e formatar ações específicas de EduComunicação para esclarecer a população quanto ao destino correto de medicamentos.

CONCLUSÃO

Nota-se que os medicamentos de utilização nos lares ainda não tem o devido descarte e por inúmeras vezes são descartados em esgotos, sanitários, normalmente, quando líquidos, se sólidos, são descartados no lixo doméstico. Verifica-se que esse descarte incorreto pode trazer prejuízos ao meio ambiente, como contaminação da água e do solo, entre outros aspectos.

A indevida destinação dos medicamentos vencidos ou não utilizados pode causar acidentes, intoxicações e danos ao meio ambiente, até mesmo a embalagem do produto é um risco a natureza e as pessoas. A contaminação do solo e, mais profundamente, do lençol freático por produtos químicos derivados dos medicamentos descartados aumenta o número de problemas de saúde das pessoas e degrada o meio ambiente.

Dessa forma, o que se observa é que não há uma informação única, legal e pública com relação ao descarte dos medicamentos vencidos ou sem uso. Assim, nota-se que os farmacêuticos tem a responsabilidade de orientar as pessoas com relação a utilização desses medicamentos, no entanto, é preciso que haja o cumprimento da legislação e das informações.

Diante do que foi dissertado nesse estudo, o planejamento estratégico de comunicação é uma medida possível para direcionar de modo eficaz as ações com relação ao devido descarte de medicamentos, assim como um mecanismo de levar informação a farmacêuticos e a população.

Por derradeiro, vale concluir que o Conselho Federal de Farmácia – dentre as suas diversas atividades – tem por objetivo traçar um plano de ação em comunicação de maneira integrada com vistas à promoção do descarte correto dos medicamentos. Tal Plano tem a pretensão de levar informação de modo eficiente aos farmacêuticos e a população, prevendo, além disso, ações de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em www.anvisa.gov.br. Acesso em: 10 Nov. 2014.

BRASIL, Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial da União, Brasília, n.147, 3 ago.2010. Seção 1, p.3.

BARTOLI, D.; OLIVEIRA, A.C. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **Controle de Infecção**, v.08, n.33, p. 2-3, jul./ag./set. 1997.

DIAS, R. **Marketing ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007

FELIX. J.B, BORDA, G.Z. **Gestão da Comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009.

KUNSCH, Margarida Maria. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**, 4. ed., São Paulo: Ed. Summus, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade; **Fundamentos de metodologia científica**, 6. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, P.R. **Logística reversa**: meio ambiente e competitividade. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

OLIVEIRA, Maria J. C.; NADER, Silvana. Comunicação organizacional e meio ambiente: uma análise sobre a relação entre políticas ambientais e de comunicação. In: **I Congresso da Associação Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Abrapcorp. ECA/USP, São Paulo, SP: 3 a 5 de maio de 2007

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**, como usar a propaganda para construir marcas e empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2003

SILVA, H; DOWBOR, Ladislau. Informação para participação. In: FELIX. J.B, BORDA, G.Z. (Org.). **Gestão da Comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009

SISINNO, C.L.S. Resíduos sólidos e saúde pública. In: SISINNO, C.L.S; OLIVEIRA, R. M. (Org.). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

VAZ, Gil Nuno. Marketing Institucional. In: FELIX. J.B, BORDA, G.Z. (Org.). **Gestão da Comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO

PLANO DE COMUNICAÇÃO – O DESCARTE CORRETO DE MEDICAMENTOS

1 O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

1.1 Apresentação

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) é uma autarquia de direito público e autonomia administrativa e financeira. É destinado a zelar pelos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem qualquer atividade farmacêutica no Brasil. A instância máxima do CFF é o seu Plenário, integrado por 26 Conselheiros Federais, com respectivos suplentes, sendo um representante eleito para cada Estado da Federação, à exceção do Estado do Amapá.

1.2 Localização

Está localizado na SHCGN-CR 712/713 Bloco "G" Loja 30, em Brasília-DF, o seu endereço na internet é www.cff.org.br e o telefone para contato é (61) 2106-6507.

1.3 Missão

Foi criado há 50 anos e tem como missão a valorização do profissional farmacêutico, visando a defesa da saúde da sociedade.

1.4 Atividades

Entre as suas principais atividades estão:

- Promover a Assistência Farmacêutica em benefício da sociedade, e em consonância com os direitos do cidadão;
- Orientar os Conselhos Regionais de Farmácia na fiscalização exercício profissional;

- Prestar consultoria e assessoria de informações técnicas e jurídicas na área farmacêutica;
- Oferecer informações sobre o uso racional de medicamentos, e esclarecer dúvidas, através do Centro Brasileiro de Medicamentos (CEBRIM);
- Promover e apoiar congressos, cursos e eventos científicos;
- Expedir resoluções que se tornarem necessárias para fiel interpretação e execução da lei, definindo ou modificando atribuições e competências dos profissionais farmacêuticos;
- Colaborar com autoridades sanitárias para uma melhor qualidade de vida do cidadão; e zelar pela saúde pública, promovendo a difusão da assistência farmacêutica no País.

1.5 Logomarca

A cobra enrolada na taça é conhecida como o símbolo da farmácia, e tem origem na Antigüidade grega. Segundo as literaturas antigas, o símbolo da farmácia ilustra o poder (cobra) da cura (taça).

A logomarca do CFF tem como ponto o fato de ser institucionalizada e reconhecida, mas ainda é usada de forma irregular, até mesmo pelos Conselhos Regionais de Farmácia.

1.6 Imagem

Mesmo tendo cerca de 140 mil farmacêuticos inscritos, em todo o País, o CFF, como representante de uma categoria, ainda ocupa, diante da sociedade, uma posição periférica, em relação a outros profissionais da saúde, como médicos e odontólogos.

Uma das constantes buscas do CFF é pela valorização do farmacêutico e o reconhecimento deste profissional como essencial para a saúde, no Brasil.

2 OBJETIVOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

2.1 Organização

O Plano de Comunicação Integrada tem o objetivo de organizar, no prazo de um ano, definido pela Diretoria, todos os processos de comunicação do CFF com seus diversos públicos, no sentido de esclarecer farmacêuticos e sociedade sobre a destinação correta de medicamentos em desuso.

3 PÚBLICOS

Definição de públicos internos e externos e suas características

3.1 Público interno

3.1.1 Primário

Funcionários – O CFF possui 72 funcionários, sendo 51 regidos pela CLT, 10 estagiários, e 11 com contratos fixos de serviços terceirizados. Do total, 37 são mulheres e 35 homens. A idade média é de 40 anos e a boa parte está cursando ou já concluiu o ensino superior. Dos 72, apenas cinco não residem no Distrito Federal. Deste público também fazem parte a Diretoria (quatro integrantes), e os Conselheiros Federais (27 integrantes), que se reúnem, mensalmente, nas Comissões Assessoras do CFF.

Além dos comunicados oficiais da instituição, repassados por e-mail, não há planejamento de ações de comunicação direcionada aos funcionários.

3.1.2 Secundário

Conselhos Regionais – São 26 Conselhos Regionais responsáveis pela fiscalização da atividade profissional em cada Estado brasileiro. A organização administrativa dos Conselhos Regionais segue o mesmo padrão do CFF: com Plenário, diretoria e administração.

A partir do momento em que o CFF começa a organizar a sua comunicação, é necessário padronizá-la junto aos Conselhos Regionais.

3.1.3 Terciário

Fornecedores e prestadores de serviços – são empresas de serviços gerais, serviços gráficos, de transporte, organização de eventos, Buffet, empresas de serviços técnicos, de telefonia, informática, etc.

O bom relacionamento com este público permite a fidelização dos serviços prestados e o marketing institucional na sua forma mais simples: o boca-a-boca.

3.1.4 Influenciadores

Coordenadores e gerentes – cada setor ou departamento do CFF possui um gerente ou coordenador que exerce a função de líder

3.2 Público externo – marketing

3.2.1 Primário

Farmacêuticos, estudantes de farmácia – são mais de 140 mil inscritos nos Conselhos Regionais. Através de ações de marketing é preciso promover a valorização do profissional para o próprio profissional. Incentivando a capacitação e destacando as mais de 70 atividades que o farmacêutico pode exercer.

3.2.2 Secundário

Sociedade – ainda existe hierarquização, culturalmente enganosa, de que uma ou outra profissão da área da saúde é mais importante. É preciso esclarecer a sociedade sobre a importância do farmacêutico enquanto agente da promoção da saúde.

3.2.3 Influenciadores

Formadores de opinião – imprensa e educadores que promovam a atividade farmacêutica como fundamental para a saúde.

Além de Governantes, Secretários de Saúde (estaduais e municipais) que incentivem a assistência farmacêutica, seja com melhor direcionamento de verbas, ou promoção indireta da atividade – com contratação de profissionais farmacêuticos para a atenção primária em saúde ou realização de concursos públicos.

3.3 Público externo - Institucional

3.3.1 Primário

Imprensa – o CFF não possui uma organização na comunicação com a imprensa. Assim, não há por parte deste público o conhecimento real da potencialidade da atividade farmacêutica. São raras as reportagens sobre saúde em que o farmacêutico seja a fonte, geralmente os médicos ocupam este lugar.

É preciso que o CFF, por meio da Assessoria de Imprensa, estabeleça uma relação de confiança com a imprensa, em nível nacional, para que a Farmácia seja notícia, e assim mude a sua imagem diante dos outros públicos.

3.3.2 Secundário

Sociedade – que precisa conhecer o CFF e, assim, valorizar a atividade farmacêutica

3.3.3 Terciário

Outras instituições, de caráter nacional, ligadas à farmácia; e entidades de outras profissões ligadas à saúde que precisam estar unidas em favor da saúde.

3.3.4 Influenciadores

Deputados, Senadores e Governos (Federal, Estadual e Municipal), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – a legislação que rege Farmácia é definida por este público, que pode legislar de forma equivocada pelo simples desconhecimento da atuação do CFF e da atividade farmacêutica.

Definidos os *stakeholders*, a Gerência de Comunicação do Conselho Federal de Farmácia, junto da Diretoria e Agência de Publicidade (processo ainda em fase de licitação), definirá ações de Relações Públicas, Marketing e Assessoria de Imprensa para o ano de 2012, que farão parte do Planejamento Estratégico da instituição.